

Projeto do Diap

JORNAL DE BRASÍLIA

8 JUN 1986

pode ser aprovado

O projeto que proíbe as demissões imotivadas, elaborado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e encampado pelo líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga (MG), tem chances de ser aprovado no próximo esforço concentrado, marcado, a princípio, para os dias 17, 18 e 19 de junho. A opinião é do deputado João Gilberto (PMDB-RS) que vê duas saídas para que isso aconteça.

A primeira é derrubar o requerimento de se ouvir a Comissão de Economia sobre o assunto, formulado pelo líder do PDS, Amaral Netto, durante o esforço concentrado realizado em maio, foi exatamente neste ponto que se encerraram os trabalhos naquele dia e pelo qual a pauta de votações passou a ficar obstruída, não tendo

sido aprovado nenhum projeto desde então. A segunda saída, de acordo com João Gilberto — talvez a mais difícil mas não impossível — é conseguir o número mínimo de 240 deputados na votação.

Mesmo sem ter chances de ser sancionado pelo presidente José Sarney, o projeto de demissões imotivadas passará por sua tramitação no Congresso, podendo até ser aprovado, com ou sem emenda, nas duas Casas. Para João Gilberto, o Congresso sempre vota sobre pressão, principalmente as questões polêmicas como foi o caso da Lei de Informática em 85, e o Código Brasileiro do Ar, este ano. O projeto de Pimenta da Veiga, tem que seguir seu curso, ou então, para que serve o Congresso? argumenta João Gilberto.

Enquanto a Câmara dos Deputados se ocupa em resolver o destino do projeto de Pimenta da Veiga, o Senado, depois de 3 anos, acelera a tramitação de um outro, semelhante ao do líder. Trata-se do projeto do deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ), aprovado na Câmara em 1983 e que passou dois anos nas mãos do senador Hélio Gueiros (PMDB-PA), relator da Comissão de Constituição e Justiça. Tendo sido redistribuído, o projeto caiu nas mãos do senador Severo Gomes (PMDB-SP), que no início desta semana emitiu parecer favorável pela constitucionalidade e jurisdição da matéria. Agora, o projeto de Bocayuva Cunha vai ser relatado pela Comissão de Legislação Social e Finanças para só então ser colocado na pauta de votação